

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME): REFLEXÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL¹

Dhjuly Gabriela Pimentel Oliveira Borges²

Renata Borges Pimentel³

Egeslaine de Nez⁴

Camila Gonçalves Rodrigues⁵

RESUMO

O CME é um órgão do sistema que regulamenta, fiscaliza e propõe medidas para melhoria das políticas educacionais que têm se desencadeado numa conjuntura em que o reordenamento político-econômico se impõe como obrigatório, em função do atual contexto. E, as relações entre Estado e Poder subsidiam ações que são implementadas a partir dos governos federais e estaduais, mas que tem imbricações na atuação municipal. A política educacional se expressa por meio de iniciativas direta ou indiretamente promovidas pelo poder público, no qual o Estado é a referência fundamental. Esse estudo problematiza as ações do CME e a importância da participação. Isto porque a Constituição Federal de 1988 sugere a participação nas instâncias decisórias, entre elas: conselhos escolares, conselhos de controle social e demais. Esse artigo apresenta resultados do projeto de pesquisa sobre o CME e a qualidade socialmente referenciada. Foi desenvolvido em 4 Estados, sendo Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Compreende pesquisadores de várias instituições: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/CUA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Seu objetivo foi analisar o CME no que tange e a questão da participação da comunidade para identificá-lo como instrumento democrático e perceber se de algum modo auxilia no controle social. A justificativa para essa investigação é a existência de um movimento teórico constitutivo que parte de uma vinculação política-ideológica. Metodologicamente, o estudo foi orientado por uma abordagem crítica, levando em consideração o caráter contraditório e multifacetado da realidade dos CMES. Para isso, o procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo através de observações *in loco* (acompanhamento das reuniões mensais). Investigações desta magnitude têm sua relevância quando aprofundam temas que fortalecem o conclamado direito constitucional à educação, um dos objetivos dos CMES. Isto se potencializa quando é obrigatório um regime de ação política em que haja maior interação entre o governo e a sociedade, que significa dizer, um processo amplo e democrático de direitos humanos. Neste sentido, a participação da sociedade é fundamental.

Palavras-chave: Conselho municipal de educação. Participação. Políticas educacionais.

¹Resumo apresentado no II Fórum das Licenciaturas Araguaia, no Eixo Políticas Públicas e Gestão na Educação, realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA).

²Graduanda em Letras. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). E-mail: dhjuly.gabriela@yahoo.com.br

³Graduanda em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). E-mail: renata.pimentel30@hotmail.com

⁴Doutorado em educação. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). E-mail: e.denez@yahoo.com.br

⁵ MBA em Gestão de Empresas. Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Sede Administrativa/Reitoria (PRPPG).E-mail: camilagr@unemat.com